

A INSERÇÃO DA PRECEPTORIA NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM¹

TUTORING INSERTION IN THE UNDERGRADUATE NURSING COURSE

LA INSERCIÓN DEL PRECEPTOR EN EL CURSO DE GRADUACIÓN EN ENFERMERÍA

EVANILDA SOUZA DE SANTANA CARVALHO²

NORMA CARAPIÁ FAGUNDES³

Discute a inserção do enfermeiro na preceptoria de estágios supervisionados do curso de enfermagem. Objetivos: apreender as diferentes visões sobre a preceptoria entre enfermeiros que exercem esta atividade em unidades hospitalares; identificar avanços e dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no exercício da preceptoria; identificar demandas para educação permanente dos preceptores; contribuir para a institucionalização da preceptoria nos cursos de graduação em enfermagem. Resultados e discussão: evidenciou-se um despreparo dos enfermeiros para o exercício da preceptoria; pouco compromisso da universidade em relação à qualificação dos preceptores e ao acompanhamento do estágio; pouco envolvimento dos preceptores no planejamento das atividades; descontinuidade nas ações provocada pela rotatividade de enfermeiros, pouca disponibilidade desses profissionais nos serviços e pelo afastamento da universidade nos períodos não letivos. Considerações finais: os resultados corroboram a necessidade de uma política de estágio claramente definida e planejada entre a universidade e os serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsas e Estágios; Educação em enfermagem.

This research discusses the insertion of tutoring in curriculum training programs in the nursing course. Objectives: to understand the different views concerning tutoring among nurses who carry out this task in Health Care Units; identify advances and difficulties nurses have had during tutoring; identify demands for the preceptors' permanent education and contribute to the institutionalization of tutoring in the nursing under graduation courses. Results and discussion: It was evidenced that nurses were not prepared to do their tasks, there is little commitment by the university regarding the preceptor qualification and along apprenticeship; little involvement by preceptors to plan the activities; discontinuation of actions caused by the rotation of nurses on duty; not enough availability from professionals and through the distance of the university after the school year. Final considerations: the results reinforce the necessity of a well-established and planned policy between the university and the health services for the training program.

KEYWORDS: Fellowships and interships; Education; nursing.

Discute la inserción del enfermero como preceptor de prácticas supervisadas del curso de enfermería. Objetivos: captar diferentes visiones sobre las experiencias vividas como preceptor, ejercido entre enfermeros en unidades hospitalarias; identificar avances y dificultades enfrentadas en el ejercicio de la misma; identificar demandas para la educación permanente de preceptores; contribuir para la institucionalización de la presencia de preceptores en cursos de graduación en enfermería. Resultados/discusión: se comprobó la falta de preparación de los enfermeros para ejercer como preceptor; poco compromiso de la universidad con la cualificación de preceptores y acompañamiento en práctica; poco compromiso por parte de los preceptores en la planificación de actividades; discontinuidad de acciones provocada por la variación de los enfermeros, poca disponibilidad de profesionales en los servicios y alejamiento de la universidad en los períodos no lectivos. Consideraciones finales: los resultados corroboran la necesidad de una política de práctica claramente definida y planificada entre universidad y servicios de salud.

PALABRAS CLAVE: Becas y pasantías; Educación en enfermería.

¹ Este artigo é fruto do trabalho de conclusão do Curso de Ativação de processos de mudanças na graduação de profissionais de nível superior, realizado em parceria com o Ministério da Saúde, Ensp/Fiocruz

² Enfermeira do Hospital Geral Clériston Andrade, Mestre em Enfermagem pela EEUFBA, Endereço: Cond. José Falcão da Silva SN, Bl 77, ap. 204. Feira de Santana/BA Cep 44026-100. E-mail: evasscarvalho@yahoo.com.br

³ Enfermeira, Doutora em Educação pela UFBA, professora da Escola de Enfermagem da UFBA. Endereço: Rua Dr Pedro de Souza Pondé, n 09, apto 1001, Jardim Apipema, Salvador Ba. CEP: 40.155-270. Fone: 71-32350410. Email: normafagundes@terra.com.br

INTRODUÇÃO

A preceptoría é uma prática muito utilizada no campo da saúde, mas pouco abordada na literatura, até mesmo na legislação existente. Na graduação em enfermagem, essa prática passa a ser mais discutida a partir de 1996, com o Parecer 314/94 do Conselho Federal de Educação que, ao ser aprovado pelo Ministério da Educação, constituiu as Portarias 1.721/94 e n° 001/96, que regulamentaram o novo currículo mínimo para os cursos de graduação em enfermagem, este instituiu que além das atividades teóricas (aulas, seminários e outros estudos dessa natureza), o currículo deverá abranger o ensino prático comumente adotado pelas escolas (laboratórios, ensino-clínico nas diversas áreas da assistência e dos serviços de saúde hospitalar e, da rede básica) e que, pelo menos em dois semestres letivos deverá acontecer estágio curricular supervisionado, que deve ser programado, acompanhado e avaliado pela escola e pelos enfermeiros dos serviços de saúde, considerados os responsáveis pelos estágios.

É no contexto da implantação dos estágios curriculares supervisionados que surge a figura do preceptor nos cursos de graduação em enfermagem¹.

Os estágios supervisionados são componentes curriculares obrigatórios, cujo processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se na experiência prática do exercício profissional, e são definidos nos termos do artigo 2º do Decreto nº 87.497 de 18/08/1982, como as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho, realizadas em organizações de direito público ou privado sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

A incorporação do estágio supervisionado no currículo mínimo de enfermagem representa uma preocupação clara em proporcionar experiências de trabalho profissional durante o curso de graduação.

Em 2001, como consequência das discussões que permeavam o cenário nacional desde a década de 80, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem². Diferentemente do currículo mínimo, as Diretrizes Curriculares não visam apenas à implantação

de uma matriz curricular mínima a ser seguida em todo país, mas pretendem, sobretudo, preconizar uma maior autonomia das escolas para redefinirem as bases de estruturação dos seus projetos políticos pedagógicos. Para isso, as escolas devem buscar mais amplamente a participação de atores de diversos segmentos da saúde e da educação na sua formulação. Essa recomendação das Diretrizes Curriculares busca responder às determinações da Constituição Nacional (CN) e da Lei Orgânica de Saúde (LOS) de que o SUS deve contribuir para a organização de um sistema de formação em todos os níveis de ensino e, ainda, para a organização dos serviços públicos que integram o SUS como campos de prática para o ensino e a pesquisa mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional (CN, artigo 200; LOS, artigos 13, 15 e 27). Desse modo, cabe ao setor saúde a responsabilidade de contribuir para que a educação se vincule ao mundo do trabalho e às práticas sociais em saúde, nos limites de que o lugar formulador de políticas públicas de saúde deve estar centrado na orientação dos cursos e não na gestão do ensino³.

No que se refere ao estágio supervisionado, o documento das Diretrizes Curriculares reitera esse desejo de integração quando diz que na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno pelo professor em estágio supervisionado, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde no espaço onde se desenvolve o referido estágio.

À medida que os estágios curriculares supervisionados tornam-se, cada vez mais, um processo imprescindível para a formação profissional, a importância de um melhor entendimento do exercício da preceptoría e da figura do preceptor torna-se mais fundamental. Nesse sentido, (re)conhecer o papel do preceptor como mediador de um processo de ensino-aprendizagem, significa retirá-lo do silêncio que o cerca para colocá-lo no espaço das inter-relações entre estudantes, professores, clientes/usuários, gestores e demais membros da equipe de saúde⁴.

Na operacionalização dos estágios supervisionados, o mediador direto do aprendizado deixa de ser o professor e passa a ser o preceptor. Este papel de mediador

pedagógico, hoje colocado tanto para os enfermeiros dos serviços da rede básica, como para aqueles da rede hospitalar, exige uma mudança radical nos papéis desempenhados pelos representantes dos dois setores envolvidos com os estágios. Primeiro, o papel do profissional do serviço, que deve ir além da tradicional supervisão do desempenho prático dos estudantes; segundo, o professor, que não pode ser visto apenas como responsável pela supervisão geral do estágio. O momento do estágio supervisionado, para ser efetivamente uma prática profissional inserida no contexto da formação, requer uma interação capaz de trazer transformações para os mundos da formação e do trabalho. Uma maior interação entre as instituições de ensino e os serviços de saúde certamente contribuirá para problematizar os espaços da formação e para a identificação de necessidades de mudanças, tanto no mundo da universidade como no dos serviços de saúde. Nesse sentido, entende-se que os estágios são espaços privilegiados para a construção de renovadas relações entre esses dois mundos⁵ e o preceptor como um ator estratégico nessa construção.

O termo preceptoria tem sido utilizado com distintos significados, mas, de um modo geral refere-se ao exercício sistemático de acompanhamento e orientação profissional na educação em serviço⁶. O Ministério da Saúde concebe a preceptoria da seguinte maneira:

“Função de supervisão docente-assistencial por área específica de atuação ou de especialidade profissional, dirigida aos profissionais de saúde com curso de graduação e mínimo de três anos de experiência em área de aperfeiçoamento ou especialidade ou titulação acadêmica de especialização ou de residência, que exerçam atividade de organização do processo de aprendizagem especializado e de orientação técnica aos profissionais ou estudantes, respectivamente em aperfeiçoamento ou especialização ou em estágio ou vivência de graduação ou de extensão^{7:1}.”

Neste estudo, adota-se a definição de preceptor como o enfermeiro lotado nas unidades de saúde, que cujas atribuições principais são a orientação e a supervi-

são de estudantes em estágios curriculares supervisionados. Ou seja, o enfermeiro, além de ter as responsabilidades assistenciais, participa da elaboração, execução e avaliação de programas de estágios curriculares desenvolvidos na unidade, e a ele cabe supervisionar, orientar e participar da avaliação do desempenho dos estudantes durante o período do estágio.

Tal definição possibilita ampliar a compreensão do exercício da preceptoria e da figura do preceptor como mediador de um processo de ensino-aprendizagem a partir da prática. Isso implica dizer que este profissional deva ter uma ampla compreensão das especificidades que caracterizam a profissão, das transformações do mundo do trabalho e do exercício profissional⁴.

O papel mediador do preceptor na construção e valorização das aprendizagens (re)construídas na prática é fundamental na formação do enfermeiro e dos demais profissionais de saúde, pois estes se vêem, no dia-a-dia, obrigados a tomar decisões que afetam diretamente a vida de outras pessoas. Desse processo de tomada de decisão participam saberes éticos, técnico-científicos e, em grande parte, saberes oriundos da experiência construídos no exercício da prática, na relação singular entre preceptores, estudantes, cuidadores, gestores, usuários e população⁸. O saber da experiência referido neste estudo é aquele que se adquire no modo como alguém responde ao que lhe acontece ao longo da vida e no modo como se atribui sentido a esses acontecimentos. O saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece⁹. A relação entre os diversos saberes que circulam nos espaços onde se materializa a educação é o que define o sentido da formação profissional¹⁰ e não existem hierarquias entre os saberes que se aprende nesses espaços¹¹.

As relações de trabalho produzem, de modo dialético, não só conflitos, mas também consensos; não só reprodução, mas também transformação. Tais afirmações justificam a necessidade de uma inserção mais enfática e direta do graduando em espaços de trabalho para a construção de um profissional mais sensível à sua realidade e consciente de seu compromisso ético com a sociedade¹¹. Nesse contexto, o papel do preceptor ganha relevância. Entretanto, pelo que foi observado no campo empírico da pesquisa e

em outros espaços da experiência profissional das autoras, o preceptor não parece ter clareza da importância de seu papel na formação dos novos enfermeiros. Embora o seu papel de facilitador lhe pareça claro, na realidade, o preceptor se depara com atribuições que antes não faziam parte de seu cotidiano e para as quais não se sente preparado. Vale destacar, ainda, que a introdução dessa nova responsabilidade ao trabalho do enfermeiro deu-se sem um planejamento que previsse a ampliação do quadro desse profissional nos serviços de saúde, já tão escasso em relação às atividades que tradicionalmente lhes são atribuídas. A relação estabelecida com a universidade não contribuiu para alterar esta situação. Pode-se dizer que a própria universidade não parece saber claramente o que espera que os alunos aprendam nos estágios curriculares e, conseqüentemente, que tipo de relação construir com os preceptores. Não se pode deixar de levar em conta, nesse contexto, que o quadro de professores, sobretudo nas universidades do Nordeste, também é insuficiente para o desenvolvimento de um projeto tão importante e complexo como este.

Ao desenvolver este estudo, pretendeu-se apreender as diferentes visões sobre a preceptoria entre enfermeiros que exercem esta atividade em unidades hospitalares; identificar avanços e dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no desempenho da preceptoria; identificar demandas para a educação permanente dos preceptores e contribuir para a institucionalização da preceptoria nos cursos de graduação em Enfermagem.

A pesquisa teve como campo empírico uma unidade hospitalar qualificada como instituição de ensino para o curso de graduação em Enfermagem da uma universidade pública situada na cidade de Feira de Santana-Bahia. Nesse curso, o estágio curricular é desenvolvido nos dois últimos semestres e tem como campos de práticas unidades básicas de saúde e unidades hospitalares, sendo estas últimas o foco do presente estudo. A escolha dos profissionais para a preceptoria em unidades hospitalares é feita pelos docentes supervisores do estágio. A carga horária é cumprida em um semestre letivo e corresponde a uma jornada de 450 horas. Em média, cada profissional do serviço (preceptor) recebe de dois a quatro alunos por semestre. Durante o estágio, os alunos desenvolvem ações de gerenciamento da unidade e cuidados diretos aos usuários.

Desde a sua implantação, o estágio tem suscitado várias questões relacionadas à inserção do enfermeiro neste processo. Essas questões vão desde a escolha dos preceptores até o suporte pedagógico e acompanhamento dos profissionais que exercem a função de preceptoria. Em que pese esses questionamentos, até o momento, poucas oportunidades foram criadas para avaliar essa realidade, refletir e aprofundar as discussões sobre essa nova forma de mediar o ensino-aprendizagem no curso graduação em enfermagem.

MÉTODOS

Estudo exploratório de base qualitativa, realizado em uma unidade hospitalar da cidade de Feira de Santana, onde é realizado o estágio curricular supervisionado do curso de enfermagem selecionado para a pesquisa. Os sujeitos da pesquisa foram as seis enfermeiras preceptoras que atuam nessa unidade. Dentre as seis, duas atuam como coordenadoras de unidades de terapia intensiva e quatro atuam em unidades de internação, nas quais acumulam as funções de cuidar e de gerenciar a unidade. Das entrevistadas, apenas duas estavam experienciando a preceptoria pela primeira vez, duas já atuavam como preceptoras há mais de dois semestres e as outras duas acompanham o estágio desde a sua implantação em 1999.

Com respeito aos princípios éticos apontados na Resolução 196/96, que dispõe sobre pesquisa com seres humanos, o projeto foi apreciado pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana e autorizado mediante protocolo nº 012 /06. Os enfermeiros convidados a participar do estudo foram esclarecidos quanto aos propósitos e riscos e tiveram seus depoimentos colhidos mediante o aceite e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Para preservação do anonimato, os sujeitos serão denominados por uma numeração (ex. Entrevistado 1).

Para obtenção dos dados, foi utilizada a entrevista semi estruturada. Os depoimentos foram gravados em fitas de áudio e transcritos na íntegra, no período de agosto a setembro de 2006. Também foi utilizada a pesquisa de documentos referentes ao programa do estágio e seus instrumentos operacionais, bem como a legislação vigente sobre estágios curriculares^{2,12-15}.

Os procedimentos para o tratamento dos dados formam a análise de conteúdo temática e a de enunciação^{16,17} por constituírem-se um conjunto de métodos e técnicas que permite explorar o conteúdo expresso tanto nas falas quanto no corpo de documentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados permitiu apreender como as enfermeiras interpretam a sua inserção na atividade de preceptoria, como elas qualificam a relação entre a academia e o serviço, bem como quais suas sugestões para que a interação entre esses dois espaços da formação se torne mais efetiva.

A qualidade da relação entre a academia e os espaços do trabalho em saúde reflete diretamente na qualidade da formação dos novos profissionais. Desse modo, a voz dos enfermeiros/preceptores que promovem a aproximação do aluno com um campo expressivo do trabalho do enfermeiro – o hospital – contribuiu para elucidar alguns problemas que têm acompanhado o estágio curricular desde a sua implantação.

A partir da análise, foi possível identificar que, segundo os preceptores, o processo de inserção do enfermeiro na atividade de preceptoria ocorre de maneira pouco participativa. Os enfermeiros relatam que muitas vezes não participam dos acordos estabelecidos com a universidade, bem como do planejamento das atividades do estágio, ficando a seu encargo apenas a execução de um cronograma realizado pelos professores em conformidades apenas com os interesses do calendário acadêmico.

A falta de participação do preceptor no planejamento do estágio e o desconhecimento acerca do seu papel revelam grandes fragilidades na construção da proposta do estágio. Muitas vezes o que exige-se do preceptor é apenas a sua competência técnica e experiência profissional, mas não se cobra dele uma competência didático-pedagógica. No entanto, a preceptoria é uma atividade complexa que exige de quem a exerce uma grande capacidade de mediação, conhecimento técnico-científico, sensibilidade, bom senso, criatividade e improvisação, para poder ajudar o aluno a (re) construir o seu saber profissional a partir da singularidade das situações da prática⁴.

Um outro aspecto da problemática levantada pelos preceptores foi a falta de definição da universidade sobre o que se espera do estágio curricular no processo de formação dos alunos, e, conseqüentemente, o que se espera do preceptor, fazendo com este elabore de forma isolada as suas próprias atribuições:

“As minhas atribuições eu descobri no transcorrer do estágio. Eu acho que as atribuições... eu coloquei quais são as minhas atribuições, não me foram dadas.” (Entrevistado 1)

O que se observa com esse distanciamento entre academia e serviço é a permanência de uma visão dicotômica entre teoria e prática em uma organização curricular que concebe os campos da prática como instâncias que têm pouco ou nada a oferecer em termos de articulação de novas aprendizagens e da socialização/produção de novos conhecimentos¹⁸. E, nesse contexto, os estágios deixam de ser objeto de preocupação das instituições formadoras, e essa postura reflete o pouco compromisso por parte dos professores envolvidos. Ao mesmo tempo, os profissionais dos serviços, muitas vezes, também não se comprometem e terminam por perceber o estagiário apenas como um reforço adicional para a mão de obra disponível no serviço^{19,20}. A potencialidade do trabalho como articulador da relação teoria e prática, portanto, fonte de produção de conhecimento, é, nesse contexto, pouco percebida²⁰. Assim como os estágios curriculares também não são percebidos como uma estratégia privilegiada de integração ensino e serviço e o preceptor como um agente estratégico nesse processo⁶.

Os preceptores se ressentem do afastamento dos professores dos campos de estágio. Isto fica bem evidente quando relatam dificuldades de lidar com questões relacionadas à aprendizagem dos alunos, à falta de respaldo para cobrar destes o cumprimento de atividades propostas ou, ainda, para o suporte no processo de avaliação. Dificuldades relacionadas a esse último tema constituíram-se a temática mais recorrente nas falas dos preceptores:

“Eles [os professores] teriam que dar um direcionamento em relação a uma questão pior que é a avaliação, que a gente está aqui pra avaliar um aluno que na verdade ele vem de vários

semestres, nesse último semestre desse aluno, pra gente ele já deveria estar preparado [...] preparado para assumir a profissão, ele está concluindo e a gente vê que ele não chega assim, ele chega muito cru.” (Entrevistado 4)

Os preceptores demonstram compreender a importância de seu papel na formação dos novos enfermeiros, porém questionam que esse papel precisa ser mais compartilhado e apoiado pelos professores:

“... nos é dado uma responsabilidade muito grande e eu acredito que não há ninguém melhor para desempenhá-la senão o enfermeiro do serviço, eu acho que o preceptor deva ser mesmo o enfermeiro, nos é dada muita responsabilidade mas a gente não sente no professor um companheiro em que eu possa resolver minhas dúvidas, meus problemas...” (Entrevistado 1)

No entendimento dos preceptores, uma maior aproximação entre estes e os professores representa um passo fundamental na construção de estratégias de partilhamento de responsabilidades entre a universidade e os serviços de saúde na formação dos enfermeiros. Eles compreendem que os estágios curriculares se constituem uma parte relevante do processo de formação e que estes devem contribuir significativamente para preparar os profissionais com competência técnica. Entretanto, a formação de enfermeiros comprometidos socialmente com a profissão e com os usuários dos serviços parece não fazer parte da preocupação dos preceptores.

Para alterar essa situação, entende-se que os estágios devam ser planejados, executados, acompanhados e avaliados no sentido de se constituírem em uma singular possibilidade de produção de novos compromissos de cooperação entre as instituições de ensino e os serviços de saúde, visando ao fortalecimento e ampliação dos processos de mudança da graduação de modo a formar profissionais com perfil adequado às necessidades de saúde da população e do Sistema Único de Saúde³.

Entre os compromissos da universidade, os sujeitos da pesquisa apontam a necessidade de que esta se

comprometa de forma mais efetiva com a educação permanente dos preceptores. Para estes, a capacitação representa a possibilidade de se sentirem habilitados para o desenvolvimento das suas atribuições. Sob a ótica dos preceptores, o pouco preparo para o exercício da sua função, juntamente com a falta de um planejamento conjunto das ações, faz com que eles se sintam com pouca autonomia para a tomada de decisões, tanto aquelas que afetam a organização do estágio como as que dizem respeito à sua relação com os alunos.

A análise evidenciou, ainda, como contributivo para conferir maior fragilidade às relações entre a academia e os serviços de saúde no contexto dos estágios curriculares, a grande rotatividade de enfermeiros que atuam em regime de plantão, agravada pela pouca permanência do professor no campo de estágio. Em muitos casos, os alunos desenvolvem as atividades ligadas à gerência da equipe de enfermagem ou do serviço, junto ao enfermeiro coordenador da unidade e as atividades assistenciais junto aos enfermeiros plantonistas, sendo, desse modo, a cada dia da semana, supervisionado por um enfermeiro diferente. Esse aspecto foi levantado pelos preceptores como um problema, pois exige que a avaliação dos alunos seja feita por diversos enfermeiros, que, na maioria das vezes, tiveram pouca oportunidade de acompanhar o aluno na prática.

Como elementos que dificultam o funcionamento do estágio, foram apontadas também as dificuldades estruturais e administrativas da instituição, tais como a falta de recursos humanos – o número de enfermeiros foi apontado como insuficiente, o que acarreta uma sobrecarga muito grande de trabalho a esses profissionais, além de deficiências nos serviços de apoio e carência de material e de insumos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, a partir das falas dos preceptores, a necessidade de se ampliar a concepção e o planejamento do estágio no sentido de incluir estratégias de integração ensino e serviço, materializadas em ações de cooperação entre as organizações envolvidas, visando, efetivamente oferecer ao estudante, preceptores e professores a oportunidade de compreender criticamente o papel do estágio na formação,

bem como seu melhor aproveitamento como espaço de aprendizagens significativas para a atuação profissional.

A desarticulação entre a unidade hospitalar e a universidade, caracterizada, de acordo com os preceptores, pela falta de um acompanhamento mais sistemático do estágio por parte dos professores, faz com que esses preceptores se sintam sem o suporte pedagógico necessário para o desenvolvimento do seu papel de mediadores da aprendizagem. Para os preceptores, apenas o conhecimento técnico-científico que respalda o trabalho no cotidiano das unidades de saúde não é suficiente para que um enfermeiro exerça o papel de preceptor. É preciso um investimento maior na sua qualificação, tendo em vista a relevante participação deste na formação do enfermeiro.

Segundo o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais, o enfermeiro deve ser um profissional generalista, com capacidade para desenvolver sua prática comprometida ético e tecnicamente com as necessidades de saúde da população. Ele deve apresentar criatividade, raciocínio crítico investigativo, capacidade de resolver problemas, comunicação, trabalho interdisciplinar e multiprofissional. O estágio curricular supervisionado, incluído aí a relação com o preceptor, é fundamental para o desenvolvimento de tais competências. Daí a necessidade de que os estágios sejam compreendidos e desenvolvidos como parte integrante do projeto político pedagógico do curso, não mais se admitindo descontinuidade entre eles, como muitos estudos têm evidenciado ²⁰.

A partir dos resultados deste estudo, pode-se afirmar a necessidade de que outras investigações que tomem a preceptoria e os demais elementos que compõem o estágio curricular supervisionado como objeto de estudo, sejam realizadas, visando com isso à produção de conhecimentos dinamizadores da reflexão sobre a relação entre os cursos de graduação e os serviços de saúde, bem como, para que as instituições envolvidas possam definir com mais clareza seus papéis na política de educação permanente dos preceptores e na promoção e acompanhamento de estágios curriculares, posto que na origem dos problemas que enfrentam os preceptores está a falta de uma política de estágio claramente definida e planejada. Além dessas questões, a fala dos enfermeiros preceptores agrega outros elementos fundamentais a essa política, quais sejam: ampliação do número de enfer-

meiros nos serviços; o redimensionamento das suas atividades de modo que possam se dedicar ao trabalho com os alunos e o adicionamento de um percentual específico de remuneração por esse trabalho.

Para que a integração entre a universidade e os serviços de saúde ocorra de forma mais efetiva é necessário, ainda, que as relações de poder entre esses dois campos sejam melhor explicitadas, de modo que se possa criar canais mais efetivos de trânsito fluente entre eles. O aprofundamento do olhar sobre as delicadas relações entre professores e preceptores – os primeiros representantes da academia que tendem a ver o profissional do serviço como academicamente despreparado; e os segundos vistos como representantes do serviço que, historicamente, têm percebido a academia como “teórica”, longe da realidade dos serviços – é fundamental na construção dos veículos de comunicação e integração entre academia e serviço.

REFERÊNCIAS

1. Carvalho ESS. A inserção do enfermeiro na preceptoria do curso de graduação em enfermagem: com a palavra as enfermeiras [monografia]. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/ Escola Nacional de Saúde Pública/ Fiocruz; 2006. 20f.
2. Brasil. Resolução Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior CNE/CES nº 3 de 3 de novembro de 2001. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília, 2001.
3. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Aprender SUS: o SUS e os cursos de graduação na área da saúde. Brasília, 2004.
4. Wuillame SM. O processo ensino-aprendizagem na residência médica em pediatria: uma análise [tese]. Rio de Janeiro: IFF/FIOCRUZ; 2000. 260f.
5. Fagundes NC. Em busca de uma universidade outra: a instituição de “novos” espaços de aprendizagem na formação de profissionais de saúde [tese]. Salvador: Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia; 2003. 229f.
6. Ceccim RB, Ferla AA. Residência integrada em saúde: uma resposta da formação e desenvolvimento profissio-

- nal para a montagem do projeto de integralidade da atenção à saúde. In: Pinheiro R, Mattos RA, organizadores. Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: UERJ-IMS-Abrasco, 2003. p. 211-26.
7. Ministério da Saúde(BR). Portaria n. 1.111/Gm de 5 de julho de 2005. Fixa normas para a implementação e a execução do Programa de Bolsas para a Educação pelo Trabalho. Brasília, 2005.
 8. Fagundes NC, Burnham TE. Discutindo a relação entre espaço e aprendizagem na formação de profissionais de saúde. *Interface* 2005; 9(16):105-14.
 9. Larrosa-Bondia J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev Bras Educ* 2002; 19: 20-8.
 10. Burnham TE. Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem: implicações ético-políticas no limiar do século. In: Lubisco N, Brandão L. organizadoras. *Informação e informática*. Salvador: Edufba; 2000. p. 283-307.
 11. Lima VV. Competência: distintas abordagens e implicações na formação de profissionais de saúde. *Interface* 2005; 9(17):369-79.
 12. Universidade Estadual de Feira de Santana. Curso de Enfermagem. Programa do estágio supervisionado II. Feira de Santana, 2006.
 13. Brasil. Decreto n. 87.497 de 18/08/1982. Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo. Brasília, 1982.
 14. Brasil. Lei n. 6.494 de /12/1977. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo. Brasília, 1977.
 15. Conselho Federal de Enfermagem – COFEN. Resolução 299/2005. Dispõe sobre indicativos para realização de estágio curricular supervisionado de estudantes de enfermagem de graduação e do nível técnico da educação profissional. Rio de Janeiro, 2005.
 16. Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 2004.
 17. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco; 1992.
 18. Pereira MLT. Notas sobre educação na transição para um novo paradigma. *Interface* 1997; 1(1): 51-8.
 19. Pimenta SG. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* 5ª ed. São Paulo: Cortez; 2002.
 20. Freitas HCL. *O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios*. Campinas: Papirus; 1996.

RECEBIDO: 22/10/2007

ACEITO: 20/01/2008